

## **O PAPEL DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

**RONALDO RAASCH**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**ROBERTO CARLOS COSTA LELIS**

### **Introdução**

A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável - DS apresentam conceitos entretidamente conectados, mas com minúcias significativas. Enquanto a sustentabilidade refere-se ao estado de equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o desenvolvimento sustentável é a estratégia utilizada para atingir este equilíbrio, envolvendo a adoção de práticas que contemplam os três pilares da sustentabilidade. Neste contexto as Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as Universidades Federais Brasileiras, exercem uma função significativa na promoção da sustentabilidade.

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Problema de Pesquisa: A administração pública, através das Universidades Federais Brasileiras, têm buscado a adoção de instrumentos de governança em suas contratações? Objetivo: Analisar o nível de implementação dos instrumentos de governança em relação as compras e contratações das Universidades Federais Brasileiras.

### **Fundamentação Teórica**

Através das contratações sustentáveis de bens e serviços, os órgãos governamentais têm a possibilidade de sinalizar ao mercado a favor da sustentabilidade, aliando aos critérios ordinários os quesitos ambientais e sociais (OLIVEIRA; SANTOS, 2015). Neste cenário, conclui-se que as Universidades Federais Brasileiras, assim como toda a Administração Pública, devem sempre atentar para o que consomem e o quanto consomem (KIHARA, B. M. T., MOURA-LEITE, R., LOPES, J. C. J., 2019).

### **Metodologia**

A estrutura metodológica utilizada nesta pesquisa científica quanto a natureza: básica, abordagem: quantitativa, temporalidade: transversal, objetivos: exploratória e descritiva, procedimentos técnicos: levantamento e estudo de campo, instrumento de coleta: questionário, ferramenta utilizada no instrumento de coleta: escala do tipo Likert e o tratamento dos dados: estatística descritiva e análise dos dados: estatística inferencial. A coleta de dados contou com a participação efetiva de 37 universidades, que representaram 53,62% da população total de universidades federais brasileiras.

### **Análise e Discussão dos Resultados**

Os resultados obtidos demonstram uma evolução importante e altamente positiva a medida que os instrumentos ali contidos e implementados tendem a romper com o modelo tradicional das contratações públicas e faz com que a governança no setor público adote em seu processo de aquisição de bens e serviços critérios que considerem aspectos ambientais, sociais e econômicos (ROSARIO et. al., 2023).

### **Considerações Finais**

Conclui-se que na realização do estudo a gestão pública sustentável alicerçada pelos critérios de sustentabilidade contemplados nos instrumentos de governança, ambos presentes na legislação brasileira tanto contribui com as aquisições de bens e serviços sustentáveis realizadas pelas universidades federais como para o avanço da bioeconomia circular em nosso país e também para o alcance dos ODS da Agenda 2030. Portanto, esse conjunto de contribuições irão promover o desejado desenvolvimento nacional sustentável.

### **Referências**

ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: an exploratory study in Portugal. *Journal of Cleaner Production*, v. 172, p. 1664-1673, 2018. CABRAL, V.N.; GUERRIERI, D. C. Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira: uma revisão sistemática da literatura. 2023. *Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales*. Disponível em: < DOI: 10.55905/revconv.16n.8-268 > Acesso em: 12/03/2025.

### **Palavras Chave**

Instrumentos de Governança, Contratações Sustentáveis, Universidades Federais Brasileiras

# O PAPEL DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

## 1 INTRODUÇÃO

A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável - DS apresentam conceitos entretamente conectados, mas com minúcias significativas. Enquanto a sustentabilidade refere-se ao estado de equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o desenvolvimento sustentável é a estratégia utilizada para atingir este equilíbrio, envolvendo a adoção de práticas que contemplam os três pilares da sustentabilidade: a) a utilização consciente dos recursos naturais, que busca reduzir o consumo e incorporar a reutilização e a reciclagem dos materiais, b) buscar soluções que viabilizem o alcance da eficiência e a redução do impacto ambiental através da inovação tecnológica e c) engajar a participação da sociedade na busca por um futuro sustentável em todos os níveis, tornando possível um futuro mais justo e equilibrado para todos (FEIL, A.A., SCHREIBER, D., 2017).

Neste contexto as Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as Universidades Federais Brasileiras (UFB), exercem uma função significativa na promoção da sustentabilidade (ALEIXO, LEAL E AZEITEIRO, 2018). De acordo com Rossato et al. (2009), um dos papéis sociais para a comunidade é qualificar e preparar os indivíduos, que ao se tornarem profissionais envolvidos e comprometidos com as questões sustentáveis, colaborem para a construção de uma sociedade modelar, igualitária e por consequência mais justa.

Visando a promoção da sustentabilidade, a pergunta-problema da pesquisa é: a administração pública, através das Universidades Federais Brasileiras (UFB), têm buscado a adoção de instrumentos de governança em suas contratações? Principalmente no seguimento a tendência mundial proposta de Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (PAES et al., 2019). E o Estado, como grande consumidor e tendo na escala global de suas compras públicas uma parcela significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB), que vem atingindo patamares que variam em média cerca de 15% dos países que constituem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 30% em países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento. No caso brasileiro, esse percentual representa aproximadamente 20% do orçamento governamental aplicado (CAVALCANTI et al., 2017).

A partir desta breve contextualização, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o nível de implementação dos instrumentos de governança em relação as compras e contratações das UFB. Para que o objetivo fosse alcançado, esta pesquisa foi estruturada em seis partes a iniciar-se nesta parte introdutória. A seguir, a fundamentação teórica apresenta os componentes científicos que embasam a pesquisa. Na seção três, são explicitados a metodologia empregada para o alcance do objetivo traçado. Posteriormente, na seção quatro são apresentadas as análises e discussão dos resultados. Na seção cinco são apresentadas as considerações finais e encerra na seção seis com as referências utilizadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável - DS teve início na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo, em 1972, onde foi produzida a Declaração das Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, recebendo destaque com a publicação, em 1987, do relatório *Brundtland* com a seguinte significação: “aquele que atende às

necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Foi a partir da publicação deste importante relatório que o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi apresentado mundialmente, permitindo a disseminação conceitual do DS. Barbosa (2008) difunde que tal relatório recebeu esta denominação pelo fato de ter sido criado pela norueguesa *Gro Haalen Brundtland* e, que no mesmo, foi discutido o conceito de “equidade” como condição para o desenvolvimento urbano a partir de processos democráticos, com a descentralização das destinações de recursos financeiros e humanos para o favorecimento das cidades em escala local.

De acordo com Canepa (2007) desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de equilíbrio, mas sim um processo de transformação, no qual se compatibilizam na exploração de recursos, a gestão dos investimentos tecnológicos e as alternâncias institucionais com o presente e o futuro. No decorrer de mais de quatro décadas que separam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – a de 1972, realizada em Estocolmo, e a reunião plenária da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque (sede da ONU), em 2015, o conceito de desenvolvimento sustentável foi aprimorado, levando a importantes avanços epistemológicos.

E na continuidade deste avanço, a proposta de agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, foi aprovada e subscrita por 193 (cento e noventa e três) Estados-membros, consistindo de 01 (uma) Declaração, 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, 01 (uma) seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de 01 (um) mecanismo para avaliação e acompanhamento.

Os 17 (dezesete) ODS são diversos, contudo é importante destacar que o ODS 12: Produção e Consumo Sustentáveis, consiste em garantir padrões de produção e consumo sustentáveis. Neste objetivo, a meta 12.7, tem o intuito de promover práticas de compras sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais (CABRAL, V. N., GUERRIERI, D. C., 2023).

No que se refere a administração pública brasileira, já existe um relevante conjunto de leis e regulamentos que formam a base legal para as compras e contratações e que visam orientar os gestores públicos a implementarem práticas sustentáveis. Nesta direção, no ano de 2010, o Governo Federal instituiu através da Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a necessidade da existência de critérios de sustentabilidade nas descrições para a aquisição de bens, serviços e obras pela Administração Pública Federal (CABRAL, V. N., GUERRIERI, D. C., 2023). E segundo o ponto de vista de Valente (2011), esta Instrução Normativa pode ser apontada como o primeiro marco regulatório com vistas à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental para todo o governo federal (VALENTE, 2011).

Ratificando que na administração pública em geral, essas contratações e aquisições são realizadas por meio de procedimentos regulados por legislação. No Brasil, existem diversas legislações para este fim, em especial a Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De modo que as aquisições seguem princípios de justiça, equidade, transparência, competitividade e custo-benefício. Com o setor público está concentrado no bem-estar social, isso o torna mais disposto a buscar a sustentabilidade (WALKER E BRAMMER, 2012).

E a partir da demanda imposta pela Lei 8.666/1993, e sua atualização dada pela Lei 14.133/2021, que abordam sobre as normas para licitações e contratos da administração pública, trazem em seu escopo uma previsão sobre o fomento ao desenvolvimento social como um das finalidades previstas para a contratação pública, foi instituído o Decreto nº

7.746/2012 (OLIVEIRA, 2023). Este decreto também apresentou a obrigatoriedade dos órgãos públicos realizarem ações com o intuito de atenuarem os impactos causados pelas atividades, implementando para isso o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), a Administração Pública precisa levar em conta no mínimo quatro temas, conforme prevê o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012: “*A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)*”.

Ainda em relação ao Art. 16, os incisos destacam os quatro temas que devem minimamente estar previstos na elaboração do PLS, (I) atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto para substituição; (II) práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; (III) responsabilidade, metodologia de implementação e avaliação do plano; e (IV) ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Na continuidade da promulgação Decreto nº 7.746/2012, foi instituída a Instrução Normativa nº 10/2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu um conteúdo mínimo de temas relacionados as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços contidos no referido decreto (CABRAL, V. N., GUERRIERI, D. C., 2023).

Na esteira de aperfeiçoamento do arcabouço legal, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, através da publicação da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, estabelece sob a luz da Lei 14.133/2021 que o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) deverá nortear a elaboração dos planos de contratações anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, projetos básicos ou termos de referência das contratações realizadas pela administração pública federal. E institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) através da publicação da Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023.

Neste sentido, as compras públicas sustentáveis, além de observar os aspectos legais da Administração Pública ainda tem como finalidade incentivar o desenvolvimento nacional sustentável englobando critérios sociais, ambientais e econômicos na aquisição dos bens e serviços (PONTAROLLI; OLIVEIRA, 2019). Nessa direção, é interessante destacar que a própria legislação que versa sobre os procedimentos licitatórios e contratos administrativos tem dentre os seus objetivos incentivar o desenvolvimento nacional sustentável (ROSARIO et al., 2023).

As compras públicas sustentáveis incorporam segundo Pinto (2022) critérios como: melhor valor, garantia dos direitos humanos e trabalhistas, melhor qualidade, eficiência, ciclo de vida do produto, entre outros elementos. Assim “as compras públicas sustentáveis empregam requisitos, critérios, diretrizes que são capazes de estimular direta ou indiretamente as formas como são produzidos, utilizados e descartados os bens, em favor da proteção dos recursos ambientais” (PINTO, 2022, p.34). Em síntese, projetar um futuro humano e sustentável, é necessária uma mudança de paradigma no ensino superior, com uma concepção sistêmica que enfatize a colaboração em detrimento da competitividade (CHAGAS, 2022).

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia “*é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa*” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.11) e segundo Gil (2002, p. 17) a pesquisa “*desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados*”.

A estrutura metodológica utilizada nesta pesquisa científica quanto a natureza, abordagem, temporalidade, objetivos, procedimentos técnicos, instrumento de coleta, ferramenta utilizada no instrumento de coleta e o tratamento e análise dos dados encontra-se ilustrada na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura Metodológica da Pesquisa Científica



Fonte: autores

Observando a Figura 1, a metodologia da pesquisa utilizada quanto a natureza, trata-se de uma pesquisa básica ou pura, que diz respeito aos estudos que têm o intuito de produzir conhecimentos inéditos favoráveis ao progresso da ciência, contudo, sem a preocupação com a aplicação prática. Em outras definições, a pesquisa básica se fundamenta no livre arbítrio do pesquisador pelo conhecimento, referindo-se a verdades e interesses universais. Por ser de cunho intelectual tem como objetivo a ampliação do conhecimento humano acerca de um assunto específico (GIL, 2008; TREVISOL NETO, 2017).

Quanto a abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa e lidará com fatos, sendo caracterizada por sua objetividade e pela obtenção de resultados numéricos, utilizando conhecimentos e instrumentos estatísticos desde a coleta até a análise dos dados (ZANELLA, 2013). Esta abordagem possibilitou ao estudo uma precisão nos resultados, a fim de impedir o surgimento de vieses de análises e interpretações. A escolha desta abordagem foi pautada no objetivo de mensurar relações entre as variáveis e causalidade entre fenômenos, a fim de atestar confiabilidade à investigação (TREVISOL NETO, 2017).

Quanto a temporalidade, trata-se de um estudo transversal ou seccional, onde foi preciso considerar um tempo de intervalo para coleta de dados necessário para atingir os objetivos propostos para a pesquisa. Diante do exposto, o estudo transversal foi escolhido por avaliar a mesma variável em perfis de populações diferentes e em um mesmo momento (MOTA, 2010). E também pelas vantagens trazidas por esta escolha, tais como: baixo custo, facilidade de realização, rapidez e objetividade na coleta de dados (SITTA et al., 2010).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque permite ao pesquisador um estudo do tema sob diversos aspectos, estabelecendo uma visão geral sobre determinados fenômenos por intermédio de uma pesquisa de base, sendo portanto necessário que haja uma fase preliminar, onde são levantadas extensas informações sobre o tema estudado (PRODANOV; FREITAS, 2013; MENEZES et al., 2019). Segundo

Bonomo (2009) é considerada a primeira aproximação com o tema da pesquisa. De forma complementar a pesquisa também é descritiva, pois busca descrever os componentes dos dados, observar, registrar, analisar, ordenar, classificar, explicar e interpretar o que sejam fatos de uma amostra, população ou fenômeno, proporcionando uma nova visão do problema, sem que o pesquisador possa intervir nesses dados (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa descritiva, segundo Menezes et al (2019) não tem interesse em explicar o porquê, mas em apresentar suas características, motivo pelo qual é um tipo de pesquisa bastante utilizada por partidos políticos ou instituições educacionais.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de levantamento e estudo de campo. A pesquisa de levantamento visa investigar algo que se pretende conhecer de uma determinada amostra da população (CARVALHO et al., 2019). Após a definição de um problema, foi criado um instrumento de coleta de dados, na forma de questionário, onde foram coletados os dados e em seguida analisados para chegar às conclusões. De forma complementar, trata-se também de um estudo de campo, porque procura reunir dados através de uma coleta que lhe permitam responder aos problemas relacionados a grupos, comunidades ou instituições, tendo como objetivo principal o de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade, sendo frequentemente utilizada pelas áreas das ciências humanas e sociais, mediante técnicas observacionais e com a utilização de questionários para a coleta de dados (FONTELLES et al., 2009).

Quanto ao instrumento de coleta de dados, optou-se pelo questionário, elaborado no *Google Forms* e aplicado aos participantes em ambiente virtual. Na elaboração do instrumento de coleta foi utilizada a ferramenta denominada Escala Likert, sendo criada pelo educador e psicólogo Rensis Likert em 1932, quando recebeu seu Ph.D. em psicologia pela Universidade de Columbia. Em sua tese, Likert realizou um levantamento usando uma escala de um a cinco pontos, tendo resultado numa escala de pesquisa (Escala de Likert) como um meio de medir atitudes, e demonstrou que podia captar mais informações do que usando os métodos concorrentes (BERMUDES et al., 2016). Na sua forma original, a escala Likert é constituída por cinco pontos, porém com o passar do tempo, os pesquisadores foram alterando o número de pontos utilizados no seu questionário denominando assim a escala como do tipo Likert (SILVA JUNIOR; COSTA, 2014). A estrutura básica desta ferramenta envolve perguntas e/ou afirmações sobre um determinado assunto, acompanhadas de opções de respostas com abordagens específicas que irão medir o grau de concordância ou discordância, a frequência de determinada atividade e a importância ou relevância do produto, serviço ou experiência na perspectiva do participante da pesquisa.

Quanto ao tratamento e análise dos dados coletados, foi utilizada a estatística descritiva e inferencial. Appolinário (2007) define a análise descritiva como “*um conjunto de técnicas que têm por finalidade descrever, resumir, totalizar, e apresentar graficamente os dados da pesquisa*”. A estatística descritiva foi combinada com a inferencial, conforme recomendação de uso, pelo fato da estatística descritiva busca iniciar procedimentos com objetivos de sintetizar, sumarizar e explorar como os dados se comportaram (D’AMBROS et al., 2021) enquanto a estatística inferencial representa um conjunto de técnicas que são utilizadas para identificar e caracterizar relações entre variáveis (ZANELLA, 2013).

Na definição da população-alvo de uma pesquisa de levantamento, normalmente utilizam um número que é dado por cálculo estatístico, a fim de obter-se uma amostragem próxima de uma margem de acerto e distante de uma margem de erro. O cálculo amostral deve ser muito criterioso, pois, em uma pesquisa como essa, não se consegue investigar a totalidade absoluta da população (CARVALHO et al., 2019). Neste sentido, o universo da população nesta pesquisa e sua respectiva amostra representativa, retirada para a investigação neste estudo estão representados na Tabela 1.

Tabela 1 - População-alvo da Pesquisa nas Universidades Federais Brasileiras

Descrição da População-alvo	População Total	Amostra	% Amostra
Pró-Reitores de Planejamento ou Administração e similares	69	28	40
Membros da Equipe da Pró-Reitoria de Planejamento ou Administração e similares	138	55	40
<b>Total Geral</b>	<b>207</b>	<b>83</b>	-

Fonte: autores

O plano de amostragem traz a amostra da população deste estudo com a descrição do instrumento utilizado como técnica de coleta de dados, a característica da amostra e o seu tipo, conforme ilustrado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Plano de amostragem do estudo nas Universidades Federais Brasileiras

Descrição da População-alvo	Técnica de Coleta de Dados	Amostra	Tipo da Amostra
Pró-Reitores de Planejamento ou Administração e similares	Questionário	Não-probabilística	Intencional
Membros da Equipe da Pró-Reitoria de Planejamento ou Administração e similares			
Membros da Comissão de Elaboração, Implementação e Avaliação do PLS			

Fonte: autores

Observando a Tabela 2 sobre o plano de amostragem deste estudo, foram adotadas amostras não-probabilísticas intencionais para o população-alvo, no qual a chance de cada elemento da população ser incluído na amostra é desconhecido. Mostram-se, dessa maneira, particularmente úteis em situações nas quais a seleção cuidadosa de pessoas que tenham o perfil previamente especificado no problema da pesquisa seja suficiente para que o pesquisador atinja os objetivos da investigação (MOURA E FERREIRA, 2005, p.52) E ainda segundo as autoras (2005, p.53) as amostras do tipo intencional *“utilizam pessoas que, na opinião do pesquisador, têm, a priori, as características específicas que ele deseja ver refletidas em sua amostra”*.

A técnica utilizada para coletar os dados fundamentais para este estudo foi a aplicação de questionários. Sendo realizado o pré-teste do roteiro de questionário com o público-alvo do estudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, o que possibilitou realizar alguns ajustes na estrutura das perguntas do instrumento de coleta de dados, logo após o projeto de pesquisa ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa - CEP da UFRRJ através do Parecer consubstanciado nº 7.569.641.

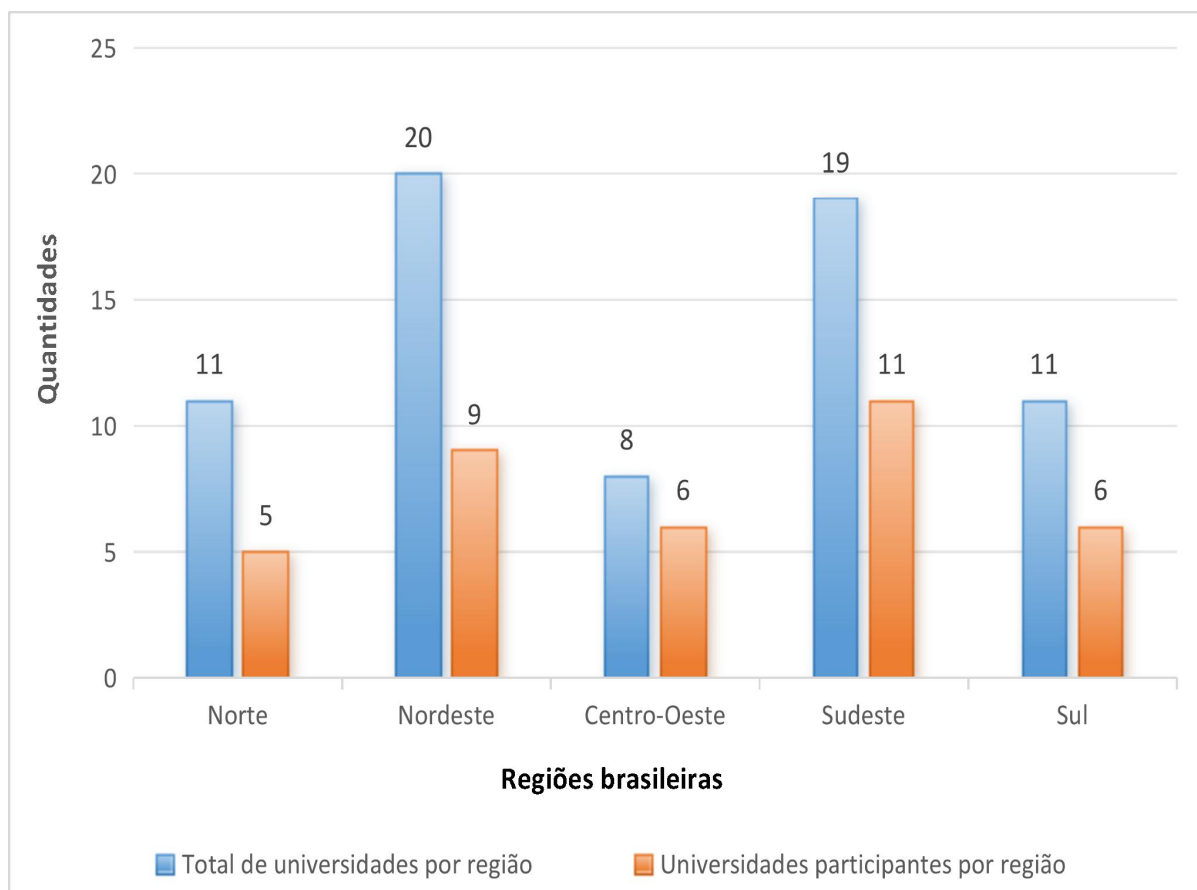
Quanto ao mapeamento das Universidades Federais Brasileiras - UFB envolvidas no estudo por região do Brasil, é constituído por 69 universidades federais brasileiras existentes atualmente, segundo o Ministério de Educação (MEC) e que foram previstos participarem com sua população-alvo do estudo. Sendo 8 universidades federais situadas na região Norte, 20 universidades federais distribuídas na região Nordeste, 8 universidades presentes na região Centro-Oeste, 19 universidades federais estabelecidas na região Sudeste e finalmente, 11 universidades federais instaladas na região Sul do país.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o propósito de explorar e descrever as descobertas da pesquisa, bem como evidenciar informações relevantes para o objetivo do estudo, os resultados são analisados e discutidos de acordo com a categoria de análise que norteia a investigação das contratações nas UFB. Na continuidade na apresentação e discussão dos resultados, a Tabela 3 ilustra os resultados consolidados obtidos a partir das respostas ao questionário aplicado na pesquisa de campo, que teve como finalidade descrever o nível de implementação dos instrumentos de governança elencados no art. 6º do capítulo III da Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME e empregados nas contratações das universidades federais participantes da pesquisa.

A coleta de dados quantitativos contou com a participação efetiva de 37 universidades, que representaram 53,62% da população total de universidades federais brasileiras. A participação das universidades na pesquisa por região encontra-se ilustrada pela Figura 2.

Figura 2 - Participação das universidades de acordo com a região geográfica



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos através dos questionários aplicados

A região com maior representatividade estatística foi a Centro-Oeste, que contou com a participação de 6 (75%) das 8 universidades presentes na região. Na região Sudeste houve a participação de 11 (57,89%) de 19 universidades. Em relação às regiões Sul e Norte, participaram da pesquisa 6 (54,54%) das 11 universidades e 5 (45,46%) das 11 universidades estabelecidas nestas regiões, respectivamente. Por fim, na região Nordeste 9 (45%) das 20 universidades instaladas participaram da pesquisa.

As universidades que integram a amostra desta pesquisa podem ser observadas na Tabela a seguir.

Tabela 3 - Universidades que compõem a amostra da pesquisa

<b>Ordem</b>	<b>Região</b>	<b>Sigla</b>	<b>Nome da Universidade</b>
01	<b>Norte</b>	UFPA	Universidade Federal do Pará
02		UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
03		UFAM	Universidade Federal do Amazonas
04		UFT	Universidade Federal do Tocantins
05		UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
06	<b>Nordeste</b>	UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
07		UFC	Universidade Federal do Ceará
08		UFCA	Universidade Federal do Cariri
09		UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
10		UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
11		UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
12		UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
13		UFS	Universidade Federal de Sergipe
14		UFPI	Universidade Federal do Piauí
15	<b>Centro-Oeste</b>	UNB	Universidade Federal de Brasília
16		UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
17		UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
18		UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
19		UFJ	Universidade Federal de Jataí
20		UFCAT	Universidade Federal de Catalão
21	<b>Sudeste</b>	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
22		UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
23		UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
24		UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
25		UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
26		UFU	Universidade Federal de Uberlândia
27		UFV	Universidade Federal de Viçosa
28		UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
29		UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
30		UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
31		UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
32	<b>Sul</b>	UFPR	Universidade Federal do Paraná
33		UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
34		UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
35		UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
36		UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
37		UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos através dos questionários aplicados

Entre os integrantes do público-alvo da pesquisa constantes na Tabela 3, totalizando uma amostra com 41 (quarenta e um) respondentes das 37 universidades participantes, verificou-se que 20 (48,78%) eram pró-reitores de planejamento, administração ou similares, enquanto 20 (48,78%) e 01 (2,44%) eram membros das equipes das pró-reitorias correspondentes e da comissão de elaboração, monitoramento e avaliação do PLS da instituição, respectivamente.

Na continuidade da apresentação e discussão dos resultados, a Tabela 4 e a Figura 3 ilustram os resultados consolidados, obtidos através do questionário aplicado na pesquisa de campo, que teve como finalidade descrever o nível de implementação dos instrumentos de governança elencados no art. 6º do capítulo III da Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME e empregados nas contratações das universidades federais participantes da pesquisa.

Tabela 4 - Distribuição de frequência do nível de implementação dos instrumentos de governança previstos na Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME em relação compras e contratações no âmbito das universidades federais brasileiras

Instrumentos de governança	Frequência do nível de implementação dos instrumentos de governança										Total	
	Totalmente implementada		Implementada em sua maioria		Implementada em sua minoria		Não foi implementada		Sem opinião		Freq.	%
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%		
Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS	7	17,07	21	51,22	4	9,76	8	19,51	1	2,44	41	100
Plano de Contratação Anual - PCA	23	56,10	10	24,39	2	4,88	1	2,44	5	12,20	41	100
Política de gestão de estoques	6	14,63	7	17,07	7	17,07	7	17,07	14	34,15	41	100
Política de compras compartilhadas	4	9,76	15	36,59	8	19,51	6	14,63	8	19,51	41	100
Gestão por competências	3	7,32	16	39,02	4	9,76	7	17,07	11	26,83	41	100
Política de interação com o mercado	1	2,44	6	14,63	11	26,83	9	21,95	14	34,15	41	100
Gestão de riscos e controle preventivo	11	26,83	14	34,15	8	19,51	3	7,32	5	12,20	41	100
Diretrizes para a gestão de contratos	14	34,15	17	41,46	2	4,88	1	2,44	7	17,07	41	100
Definição de estrutura da área de contratações públicas	15	36,59	15	36,59	1	2,44	3	7,32	7	17,07	41	100

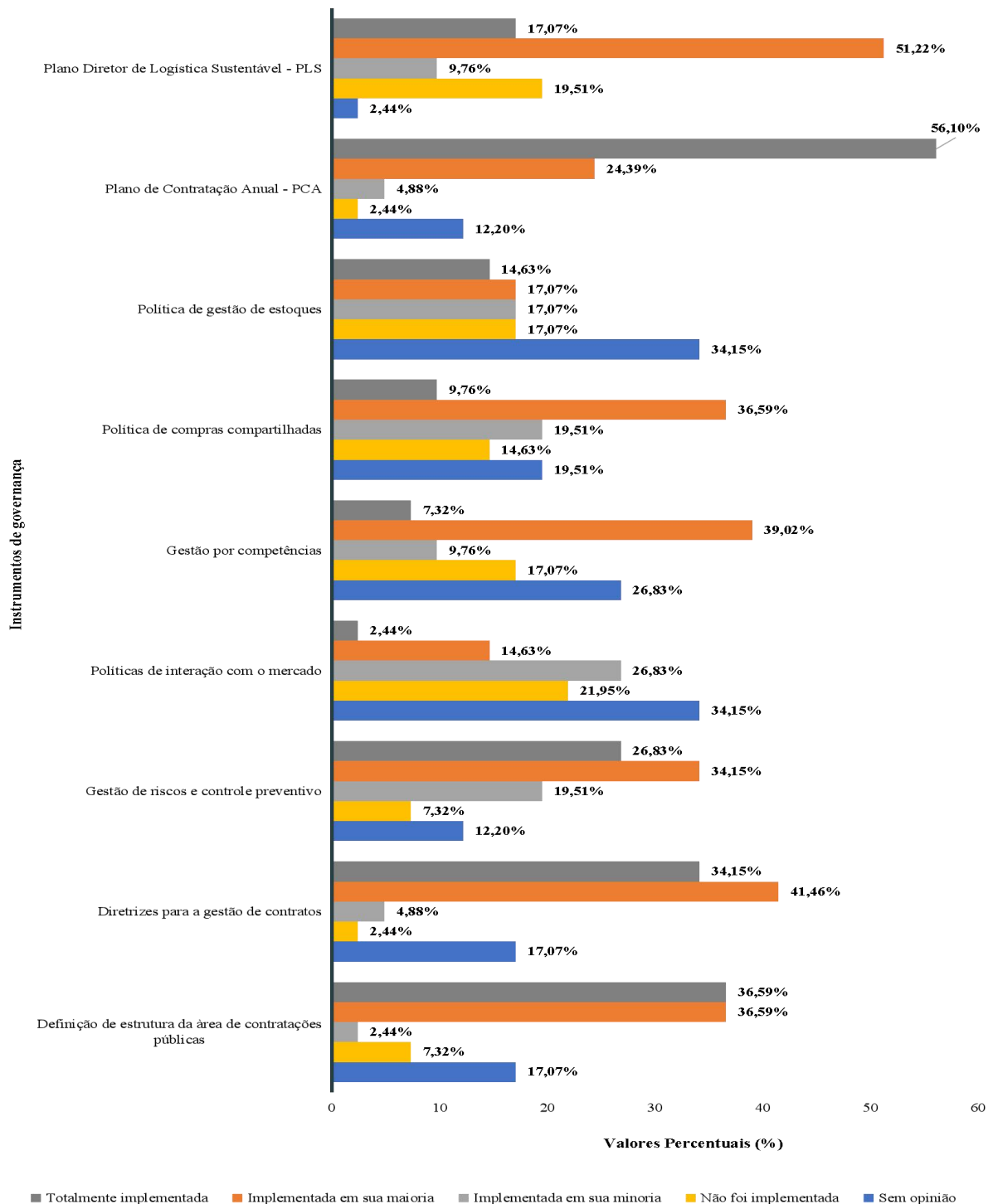
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos nos questionários aplicados

Ao analisar os níveis de implementação dos instrumentos de governança em relação as compras e contratações no âmbito das universidades federais pesquisadas, observa-se um equilíbrio entre o grupo 1 de frequências “Totalmente implementada” e “Implementada em sua maioria” quando somadas e comparadas ao grupo 2 de frequências “Implementada em sua minoria”, “Não foi implementada” e “Sem opinião”, resultando no placar de 5 a 4 a favor do grupo 1. Observado inicialmente este equilíbrio de caráter geral referente aos resultados obtidos através do instrumento de coleta de dados da pesquisa, seguiremos com as análises dos grupos 1 e 2 descritos anteriormente.

Os critérios que foram considerados positivos a partir do nível de implementação dos instrumentos de governança do grupo 1 foram: a) Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, onde 28 (68,29%) dos participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria; b) Plano de Contratação Anual - PCA, foi totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria para 33 (80,49%) participantes da pesquisa; c) Gestão de riscos e controle preventivo, onde 25 (60,98%) participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria; d) Diretrizes para a gestão de contratos, foi totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria para 31 (75,61%) participantes da pesquisa; e) Definição de estrutura da área de contratações públicas, onde 30

(73,18%) dos participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria.

Figura 3 - Frequência do nível de implementação dos instrumentos de governança previstos na Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME em relação compras e contratações no âmbito das universidades federais brasileiras



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos nos questionários aplicados

Os resultados obtidos pelo grupo 1 demonstram uma evolução importante e altamente positiva a medida que os instrumentos ali contidos e implementados tendem a romper com o modelo tradicional das contratações públicas e faz com que a governança no setor público adote em seu processo de aquisição de bens e serviços critérios que considerem aspectos ambientais, sociais e econômicos (ROSARIO et. al., 2023). De acordo com Costa e Terra (2019) “essa mudança de paradigma exige um olhar para todo o ciclo e dimensões que envolvem as compras. Esse olhar estratégico sobre as compras públicas é fundamental para que se possa visualizar os desafios, os gargalos e as oportunidades que permeiam a atividade de compras no setor governamental”.

Os critérios que foram considerados negativos a partir do nível de implementação dos instrumentos de governança do grupo 2 foram: a) Política de gestão de estoques, onde 28 (68,29%) dos participantes afirmaram estar implementado em sua minoria e/ou não foi implementado e/ou sem opinião; b) Política de compras compartilhadas foi implementado em sua minoria e/ou não foi implementado e/ou sem opinião para 22 (53,65%) participantes da pesquisa; c) Gestão por competências, onde 22 (53,65%) participantes afirmaram estar implementado em sua minoria e/ou não foi implementado e/ou sem opinião; d) Políticas de interação com o mercado, foi implementado em sua minoria e/ou não foi implementado e/ou sem opinião para 34 (82,93%) participantes da pesquisa.

Apesar dos resultados indicarem que as universidades federais brasileiras têm incorporado práticas de gestão sustentável por meio de seus instrumentos de governança, existem desafios a serem enfrentados e oportunidades para a realização de melhorias. Em síntese, a governança nas contratações públicas brasileiras tem a função de empregar os seus instrumentos, que alinhados entre si, venham conjuntamente assegurar o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva dos instrumentos de governança pode-se concluir que sua total implementação é fundamental para a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade nas aquisições e na estruturação da logística sustentável da instituição. Merece destaque pelo considerável grau de implementação, o Plano de Contratação Anual - PCA, principalmente porque demonstra maturidade no planejamento das demandas e permite uma avaliação criteriosa e a sua posterior inserção no cronograma de aquisições. Contudo, o resultado demonstra um grande desafio para as universidades federais brasileiras e um percurso ainda longo a ser percorrido.

Em relação ao PLS houve um incremento pouco significativo, visto que mais da metade das universidades pesquisadas ainda não implementaram totalmente este instrumento de governança. Contudo, ressalta a observância dada ao processo de elaboração do PLS quanto a seu alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o que representa estar orientado ao planejamento estratégico da instituição e conseqüentemente o estabelecimento de objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação das práticas sustentáveis.

Para futuros estudos, sugere-se pesquisas que alarguem o escopo dos instrumentos de governança aplicados as contratações sustentáveis através do PLS, buscando a totalidade da universidades federais brasileiras e incluindo os institutos federais. Além da utilização de outros métodos e instrumentos de pesquisa.

Em suma, acredita-se que esse estudo, pautado em uma discussão teórica, possa colaborar para a formação de novas visões que ofereçam suportes para todos os atores envolvidos que tenham interesse na temática aqui abordada. Que represente um estímulo à reflexão nas universidades estudadas, promovendo uma apuração analítica de possíveis

lacunas e anomalias, assim propiciando à adoção de ações proativas ligadas à promoção da sustentabilidade. Há de se julgar que cada vez mais é indispensável e urgente pensar e repensar novos meios de produção, a partir dos critérios de sustentabilidade e seus instrumentos de governança, para que venhamos a garantir direitos humanos, justiça social, diminuição da degradação ambiental e a estabilidade econômica.

Conclui-se que na realização do estudo a gestão pública sustentável alicerçada pelos critérios de sustentabilidade contemplados nos instrumentos de governança, ambos presentes na legislação brasileira tanto contribui com as aquisições de bens e serviços sustentáveis realizadas pelas universidades federais como para o avanço da bioeconomia circular em nosso país e também para o alcance dos ODS da Agenda 2030. Portanto, esse conjunto de contribuições irão promover o desejado desenvolvimento nacional sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. **Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: an exploratory study in Portugal**. Journal of Cleaner Production, v. 172, p. 1664-1673, 2018.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 1ª Edição, 2ª Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. (Rio de Janeiro-RJ, Brasil). Revista Visões, v.4, 2008.

BERMUDES, W.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. **Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações**. Artigo de Revisão. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.18, n.2, p. 7-20, maio/ago. 2016. Disponível em:<DOI: 10.19180/1809-2667.v18n216-01> Acesso em: 02/12/2024.

BONOMO, R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2009. Disponível em:<[https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/145319/mod\\_resource/content/0/MTPA.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/145319/mod_resource/content/0/MTPA.pdf)>. Acesso em 28/06/2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.666/1993**: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: Presidência. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)> Acesso em: 15/08/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010**: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010>>Acesso em: 16/08/2025.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 7.746/2012**: Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (**Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017**). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm)> Acesso em:

19/08/2025.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 14.133/2021**: Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm)> Acesso em: 15/06/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012**: Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>> Acesso em: 18/06/2025.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 14.129/2021**: Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm)> Acesso em: 20/06/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021**: Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>> Acesso em: 16/06/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Portaria SEGES/ME nº 5.376/2023**: Institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) de que trata a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-5376-de-14-de-setembro-de-2023>> Acesso em: 17/06/2025.

CABRAL, V.N.; GUERRIERI, D. C. **Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira: uma revisão sistemática da literatura**. 2023. Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales. Disponível em: < DOI: 10.55905/revconv.16n.8-268 > Acesso em: 12/06/2025.

CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: RCS, 2007.

CARVALHO, L. O. et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019, 83 p.

CAVALCANTI, D. et al. **Compras públicas sustentáveis: diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): Santiago, 2017.

CHAGAS, M. A. **Política ambiental na Amazônia e as epistemologias do Sul** [livro eletrônico]. Florianópolis: Autores do Brasil, 2022.

D'AMBROS, I. Z.; SOUZA, E. C. S.; COSTA, A. C. M.; EVANGELISTA, D. R.; MARIANO, S. M. B. **Método quantitativo de pesquisa**. Metodologia científica: a pesquisa como compreensão da realidade. / Organizadores: Marta Azevedo dos Santos e Guilherme

Nobre L. do Nascimento. – Palmas, TO: Programa de Mestrado em Ciências da Saúde, 2021. 93 p.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Artigos • Cad. EBAPE.BR 15 (3) • Jul 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395157473>> Acesso em: 05/06/2025.

FONTELLES, M. J. et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um projeto de pesquisa**. Revista Paraense de Medicina [on line], v. 23, n. 2, s/p., 2009. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>>. Acesso em: 05/07/2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bistream/handle/10183/52806/0007728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 18/11/2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

KIHARA, B. M. T.; MOURA-LEITE, R.; LOPES, J. C. J. **Compras e Contratações Sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras**. Centro Universitário Santo Agostinho. Revista FSA, v.16, n.1, art.2, p.27-53, jan/fev. 2019. ISSN Impresso: 1806-6356, ISSN Eletrônico: 2317-2983. Disponível em: <<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1669>> Acesso em: 10/07/2025.

MENEZES, A. H. N; DUARTE, F. R; CARVALHO, L. O. R; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação à distância**. Petrolina: Editora Fundação Universidade do Vale do São Francisco, 2019.

MOTA, M. M. P. E. **Metodologia de pesquisa em desenvolvimento humano: velhas questões revisitadas**. Psicologia em pesquisa, v. 4, n. 2, p. 144-149, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v4n2/v4n2a07.pdf>> Acesso em: 15/06/2025.

MOURA, M. L. S. de; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M, SANTOS, L. M. L. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. Revista de Administração Pública. v. 1, n. 49, p. 189-206, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, B. M. **Práticas de sustentabilidade relacionadas a materiais de consumo e compras e contratações sustentáveis relativos aos Planos de Logística Sustentável: Uma investigação sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2023. 128 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Escola de Administração e Negócios, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande. 2023.

PAES, C.O.; ZUCOLOTO, I.E.; ROSA, M.; COSTA, L. **Práticas, benefícios e obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura**. 2019. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental. ISSN: 1981-982X. DOI: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1798>

PINTO, A. P. M. **Compras públicas sustentáveis: uma análise sobre a possível limitação aos princípios da isonomia e da competitividade em face da promoção do desenvolvimento nacional sustentável**. Brasília, 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional de Direito, Escola de Direito e Administração Pública, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022.

PONTAROLLI, G. L.; OLIVEIRA, A. G. d. **Compras públicas sustentáveis: o agir do estado para além da função administrar**. Qualitas Revista Eletrônica, v.19, n.1, jan./abril, 2019.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

ROSARIO, E. L. C.; LOPES, A. E. M. P.; MIRANDA, I. C. R. F. **Compras públicas como indutora do desenvolvimento sustentável**. Economia Ecológica, território e desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios - ISBN 978-65-5360-285-4 - Vol. 2 - Ano 2023 - Editora Científica Digital. <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/230211959>

ROSSATO, J. et al. **Gestão ambiental como fator de sustentabilidade para Instituições Federais de Ensino Superior**. In: XI Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Gestão e Meio Ambiente. 2009, Fortaleza/CE. Anais... Fortaleza/CE, 2009.

SILVA JUNIOR, S.D.; COSTA, F. J. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion**. PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

SITTA, E. I. et al., **A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia**. Revista CEFAC, v. 12, n. 6, p. 1059-1066, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v12n6/14-10.pdf>> Acesso em: 22/01/2025.

TREVISOL, N.O. **Métodos e Técnicas de Pesquisa** [E-book]. Chapecó: Argos, 2017.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública**. Brasília: Biblioteca Digital Câmara, 2011.

WALKER, H., BRAMMER, S. (2012). **The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector**. International Journal of Production Economics, 140(1), 256-268.

ZANELLA, L. C.H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração - UFSC, 2013.